

Em geral, o autor é uma pessoa próxima da vítima, 28% são parceiros íntimos, 9% amigos ou conhecidos e 6% são familiares. Trata-se de eventos muito tristes. O que é que poderá causar uma maior autonomia e menor chance de haver tantos maus-tratos e violência contra as mulheres?

Eu gostaria de pedir ao Wagner que apresente agora um relato da visita que eu fiz às vilas rurais pobres do Quênia, em janeiro de 2019, para conhecer os resultados da experiência, da instituição de uma renda básica modesta, 22 dólares por mês, para todos os adultos de 18 anos ou mais, homens e mulheres.

Por favor, Wagner, pode mostrar.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Pois bem, aí está o resultado de uma experiência da instituição Give Directly, dado que diretamente eu pude conhecer lá no Quênia, o que me fez ficar ainda mais entusiasmado pela proposição daquilo que já é lei no Brasil. Basta agora que os governos, que o governo do presidente Lula leve adiante essa proposta.

Gostaria de ressaltar também, presidente Reis, que ainda agora de manhã, no encontro que Guilherme Boulos e Marta Suplicy tiveram lá no Clube Homs com centenas de mulheres, Guilherme Boulos declarou que uma vez eleito prefeito irá nomear um número de secretárias mulheres igual ao número de secretários homens.

Ou seja, vai haver uma equiparação no secretariado do prefeito Guilherme Boulos logo que ele for eleito, e acredito que vá vencer as eleições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Lucas Bove.

O SR. LUCAS BOVE - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, presidente, deputado Reis, servidores aqui presentes, policiais civis e militares, quem nos acompanha da tribuna, demais deputados; bem, hoje é comemorado o dia da mulher.

Eu, particularmente, não concordo com esta data porque eu sou da opinião de que quando a gente divide, a gente acaba atrapalhando o processo. Para mim, todos os dias são dias de exaltar as qualidades das mulheres.

Não concordo também porque esse feriado vem de um movimento de esquerda que utilizou um incêndio em que morreram homens e mulheres para buscar mais uma vez vitimizar as mulheres. Eu acho que as mulheres não precisam ser vitimizadas, as mulheres têm capacidade de estar onde elas quiserem.

Mas, já que hoje é comemorado esse dia internacionalmente, eu vou aproveitar aqui a oportunidade de subir à tribuna para homenagear todas as mulheres, ou seja, aquelas que possuem cromossomos XX.

Homenagearei lendo aqui, peço licença para ler o discurso de uma grande mulher, de uma grande política, que chegou lá por suas qualidades e não por cotas, não pelo simples fato de ser mulher, Margaret Thatcher, o discurso dela na convenção do Partido Conservador, bem breve, no dia 14 de outubro de 1983.

Eu não tenho a capacidade de articulação e a retórica da Dama de Ferro, mas tentarei aqui, vou reler as palavras dela. "Um dos grandes debates do nosso tempo é sobre o quanto do seu dinheiro deveria ser gasto pelo Estado e quanto você deveria guardar para gastar com a sua família.

Nunca esqueçamos esta verdade fundamental: o estado não tem outra fonte de dinheiro além daquele que as próprias pessoas ganham. Se o estado quiser gastar mais, ele só poderá fazê-lo confiscando as suas poupanças ou cobrando mais impostos.

Não adianta pensar que outra pessoa vai pagar, a outra pessoa é você. Não existe dinheiro público, só existe o dinheiro dos contribuintes. A prosperidade não virá através da invenção de programas de governo cada vez mais extravagantes. Você não fica mais rico solicitando mais crédito ao banco ou ao governo.

Nenhuma nação se tornou mais próspera tributando seus cidadãos mais do que eles podem pagar. Temos o dever de garantir que cada centavo que arrecadamos em impostos seja bem gasto e com sabedoria."

Então vejam, que mulher à frente de seu tempo, liberal e que realmente revolucionou a Inglaterra, revolucionou a Grã-Bretanha. Eu queria finalizar a minha fala aqui pedindo para que a cabine coloque no telão uma notícia triste que o deputado Suplicy já trouxe a esta tribuna. Eu o parabeno por sempre trazer com sobriedade os temas.

Tivemos um problema na imagem? Tivemos um problema na imagem, mas eu queria apenas registrar aqui que neste Dia Internacional da Mulher, infelizmente, no Brasil, nós não temos muito a comemorar, pois no ano passado, 2023, primeiro ano do governo do amor, os índices de feminicídio atingiram patamares estratosféricos. Foi o maior índice de feminicídios desde a série histórica de 2015.

Então, há muito trabalho a se fazer, e eu gostaria de parabenizar o governador Tarcísio de Freitas, que vem, junto ao secretário Derrite, ao coronel Cássio e ao delegado geral Artur Dian, comandando as polícias paulistas bravamente, defendendo, inclusive, as mulheres, porque é assim que a gente trabalha: defendendo a sociedade como um todo e, por consequência, aqueles que se encontram em uma situação mais vulnerável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um feliz Dia da Mulher a todos e um excelente final de semana.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista, chamo para fazer o uso da palavra o deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Entrando na Lista Suplementar, deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

Deputado Eduardo Suplicy tem o tempo regimental de cinco minutos, pela Lista Suplementar.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, ontem foi um dia em que o presidente Joe Biden fez seu último discurso ao Congresso para falar o que ele pretende realizar nos próximos quatro anos.

Eu trago aqui esta lembrança porque avalio que seja importante que o governador do Estado, conforme projeto de emenda à Constituição do Estado que eu apresentei, possa, no início de cada ano legislativo, comparecer a este plenário da Assembleia Legislativa e trazer a sua mensagem aos parlamentares e a todo o povo paulista, colocando quais as suas metas, quais serão os instrumentos que vai utilizar para o cumprimento dessas metas.

Acho que é algo muito próprio da democracia, acontece em muitos países e pode também ser realizado tanto nas Câmaras Municipais, com a palavra do prefeito perante os vereadores, como nesta Assembleia Legislativa, com a mensagem de início do ano legislativo para os deputados, como também para todo o povo.

Claro que isso é uma prática muito saudável. Quero lhes contar que eu tenho um projeto de lei que tramita nesta Casa para que isso venha a acontecer.

Gostaria de dizer que também hoje, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, observa-se que a fatia de mulheres abaixo da linha de pobreza no Brasil é maior do que a dos homens.

Uma parcela de 32,3 das mulheres vivia abaixo da linha de pobreza em 2022 no Brasil, segundo dados divulgados nesta

sexta-feira pelo IBGE. O percentual é maior do que o registrado entre os homens, de 30,9%, e a população geral 31,6 por cento.

A extrema pobreza também alcança patamar mais elevado entre as mulheres. Em 2022, 6,1% da população feminina era considerada extremamente pobre no País, ante 5,7% dos homens e 5,9% da população geral.

Os dados integram a terceira edição de uma síntese de indicadores sociais das mulheres, que reúne estatísticas de diferentes pesquisas. No caso dos números de pobreza e extrema pobreza, a fonte dos resultados é a Pnad Contínua, uma das principais publicações do IBGE.

A divulgação da síntese coincide nesta sexta com a celebração do Dia Internacional da Mulher. O instituto leva em consideração linhas de pobreza e extrema pobreza recomendadas pelo Banco Mundial. A medida de pobreza é de US\$ 6,85 em termos de paridade do poder de compra.

A de extrema pobreza, por sua vez, é de US\$ 2,15, também em paridade do poder de compra. Na prática, pessoas que viviam com quantias inferiores a essas por dia foram consideradas pobres ou extremamente pobres.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada do mercado de trabalho e por transferências de recursos de programas como o "Auxílio Brasil", ampliado pelo governo Jair Bolsonaro às vésperas das eleições presidenciais, vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva.

Em meio a esse cenário, tanto a pobreza quanto a extrema pobreza caíram no Brasil. Entre as mulheres, a taxa de pobreza recuou da máxima de 37,7%, em 2021, para 32,3%, em 2022, o menor nível desde 2020; 31,7 por cento. A série histórica começou em 2012.

De 2021 para 2022, também houve redução da taxa de pobreza entre os homens, de 35,6% para 30,9 por cento. Na população geral, o indicador baixou de 36,7% para 31,6 por cento.

Quando se trata da extrema pobreza, a taxa entre as mulheres caiu do pico de 9,4%, em 2021, para 6,1%, em 2022, o menor nível desde 2015; 5,7 por cento. A redução também foi registrada entre os homens, de 8,6% para 5,7%, e na população geral, de 9% para 5,9 por cento.

O levantamento do IBGE cruza dados de sexo e cor ou raça. Em 2022, a taxa de pobreza entre as mulheres pretas ou pardas foi de 41,3%, quase o dobro do percentual entre as brancas; 21,3 por cento.

Desigualdade similar é verificada entre os homens. Em 2022, a taxa de pobreza foi estimada em 38,6% para os pretos ou pardos, acima da marca de 20,6% dos brancos. As diferenças também aparecem na extrema pobreza.

Em 2022, 8% das mulheres pretas ou pardas eram consideradas extremamente pobres no Brasil, mais do que o dobro do percentual entre as brancas; 3,6 por cento. Entre os homens, o mesmo indicador foi de 7,4% para pretos ou pardos. Também é mais do que o dobro da taxa de extrema pobreza dos brancos; 3,4 por cento."

Portanto, faz-se necessária uma atenção a estes dados sobre a pobreza, especialmente quando cogitamos logo implementar a renda básica universal, que muito provavelmente, segundo todos os estudos, irá combater diretamente a pobreza absoluta e a pobreza extrema.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - PT - Sr. Presidente, deputado Reis, havendo a concordância dos líderes, peço para que seja levantada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Tenham todos e todas uma excelente tarde.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 38 minutos.

* * *

11 DE MARÇO DE 2024 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDNA MACEDO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - EDNA MACEDO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - EDUARDO SUPPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE EDNA MACEDO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Edna Macedo.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Vamos passar aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, dia 11 de março de dois mil e vinte e quatro.

Com a palavra o Dr. José do Carmo - Jorge, perdão. Dr. Jorge do Carmo. (Pausa) Com a palavra o deputado Rogério Santos. (Pausa) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa) Deputado Sebastião Santos. (Pausa)

Deputado Delegado Olim. (Pausa) Deputado Lucas Bove. (Pausa) Deputado Tomé Abduch. (Pausa) Deputada Marina Helou. (Pausa) Deputado Major Mecca. (Pausa) Deputado Reis. (Pausa) Deputado Capitão Telhada. (Pausa)

Deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputada Edna Macedo, deputada Leci Brandão, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia, na semana passada, eu denunciei o governador Tarcísio de Freitas, inclusive acionei o Ministério Público e o Tribunal de Contas, porque ele não está respeitando a data-base do funcionalismo público estadual, que é agora no dia 1º de março.

Não deu reajuste algum para nenhuma categoria profissional, ou seja, um governo fora da lei, que viola a legislação, a lei estadual da data-base e o Art. 37 da Constituição Federal.

Mas, não contente, parece-me que o governador não está nem aí, como ele mesmo disse em relação ao que aconteceu em Santos. Falou que não está nem aí. Ele não está nem aí para o reajuste dos servidores estaduais e muito menos, também me

parece, para o reajuste do piso nacional do Magistério, que é a lei federal. Ele está violando a Lei nº 11.738 de dois mil e oito.

O reajuste para o piso nacional do Magistério foi dado em janeiro, e até agora o governador não deu reajuste algum para o Magistério estadual. E isso prejudica não só o Magistério, as pessoas que estão na ativa hoje, mas prejudica também os aposentados e pensionistas, que ficam sem esse reajuste. Aliás, os dois.

O reajuste aos servidores, o geral, que deve contemplar todos os servidores, ao não conceder esse reajuste, ele está afrontando também os direitos e a dignidade, não só dos servidores da ativa, mas também dos aposentados e pensionistas.

E, ao transgredir, ao violar e afrontar a Lei Federal nº 11.738, que estabelece o piso nacional do Magistério - que é uma conquista histórica, do Magistério nacional, que a lei foi aprovada em 2008, no Congresso Nacional, a lei foi sancionada pelo presidente, foi confirmada, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal.

Hoje, o piso nacional é muito baixo. Mesmo assim, o estado de São Paulo não paga corretamente esse piso. Hoje, com o pequeno reajuste que houve, de R\$ 4.580,57, por 40 horas semanais, o Estado não paga corretamente o piso, não paga sem o reajuste... Não está dando reajuste.

Quando paga, paga através de abono complementar, e isso é ilegal, isso não é correto, e não paga com repercussão na carreira, que é o correto. O reajuste e o piso têm que ser pagos com repercussão em toda a carreira, porque o piso do Magistério não é teto, ele é piso.

E o governo aqui não cumpre a lei. Além de não dar o reajuste, quando dá, cumpre de forma ilegal, irregular, essa lei. Então, nós estamos aqui acionando novamente... Estou acionando novamente o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas, duplamente.

Primeiro, porque o governo não... Isso eu já fiz... Não cumpriu a lei da data-base para todo o serviço público, para todos os servidores e servidoras do estado de São Paulo. E agora, estou na data de hoje, acionando o Tribunal de Contas e o Ministério Público, porque o governo não está exatamente dando o reajuste de lei, que está na Lei nº 11.738. O reajuste foi dado já em janeiro, e até agora nada.

Os professores com salários arrojados, defasados, professores desempregados, alunos sem aulas. É um caos na rede estadual. A máfia dos aplicativos. A máfia das plataformas digitais, tirando toda a autonomia pedagógica dos professores da rede estadual. A falta de promoção, de evolução.

Então, a Educação está um verdadeiro caos no estado de São Paulo, e me parece que o governador não está nem aí para nada disso, nem para o reajuste do piso, nem para o reajuste dos servidores, nem para o genocídio da Educação. Mas, no entanto, ele vai... Anunciou agora; vai viajar. A convite do primeiro-ministro de Israel, ele recebeu um convite, e dia 18, ele vai para Israel.

Olha só que absurdo. Vai lá passar em Israel. Porque ele não está nem aí para o genocídio que acontece aqui no estado de São Paulo, na Educação, na Baixada Santista, mas vai lá se aliar ao genocida, que está massacrando as pessoas, os moradores na Palestina, na faixa de Gaza. É um absurdo.

Então, reajuste já, governador Tarcísio! Para todos os servidores, e cumpra a lei do piso nacional do Magistério, que vai beneficiar os trabalhadores da ativa e também os aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Com a palavra, o nobre deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra, o nobre deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhora Presidente, deputada Edna Macedo, querida deputada e queridos deputados, eu gostaria de aqui falar a respeito do caso com nove mortos pela PM no litoral paulista, que ficaram sem perícia, conforme assinala, hoje, Paulo Eduardo Dias, na "Folha de S.Paulo".

A perícia no local dos fatos, etapa importante para o andamento de uma investigação de homicídio, deixou de ser feita em ao menos três ocorrências que resultaram em mortes na Operação Verão, no litoral de São Paulo. Nesse caso, houve nove mortes.

Ao todo, 40 pessoas foram mortas por policiais militares no litoral, entre os dias três de fevereiro e nove de março. A ação das tropas da PM foi desencadeada após o assassinato do soldado da Rota, Samuel Wesley Cosmo, 35 anos, na noite de dois de fevereiro, em Santos.

A "Folha" teve acesso a 15 boletins de ocorrência, referentes a 24 mortes: 11 em Santos, nove em São Vicente, duas em Cubatão e duas em Itanhaém. Vinte das pessoas mortas foram identificadas como pardas, duas eram pretas e outras duas, brancas. Em 12 boletins de ocorrência, os PMs mencionaram a quantidade de tiros disparados: 61 no total.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública do governo Tarcísio de Freitas - Republicanos - disse que as forças de segurança do Estado são instituições legalistas que atuam no estrito cumprimento do seu dever constitucional.

A pasta chefiada por Guilherme Derrite confirmou a importância da ida de peritos a endereços de crime. O trabalho da perícia é parte fundamental da investigação dos casos. No entanto, a não realização é exceção e pode ocorrer por diferentes fatores.

Um dos 15 boletins de ocorrência aos quais a "Folha" teve acesso refere-se à morte de cinco pessoas em São Vicente, em 27 de fevereiro. O caso ocorreu em uma área de mata nas proximidades da Rua Mário Davis Lerner, no Jardim Rio Branco.

Segundo a versão policial, eram por volta das 19 horas e 15 minutos quando PMs iniciaram uma ação de combate ao tráfico de drogas e cercaram o ponto. As cinco pessoas no local tentaram fugir por uma trilha, mas se depararam com dois dos policiais, e atiraram.

Os policiais afirmaram que revidaram e balearam as 5 pessoas, que foram socorridas, mas não resistiram aos ferimentos. Morreram Peterson Sousa da Silva Xavier Nogueira, 32; Pedro Rosa dos Reis Junior, 24; Kauê Henrique Diniz Batista, de 17 anos; Luiz Henrique Juróvitz de Lima, 18; Marcus Vinicius Juróvitz de Lima, 17 anos. Os dois últimos eram irmãos.

Na ação, conforme... Foram encontrados três revólveres ao lado dos baleados. Eles também disseram que houve a apreensão de R\$ 729,00 e de material que parecia ser maconha, crack e cocaína. Peritos não estiveram no local.

No boletim de ocorrência, há uma justificativa: diante da dificuldade de acesso, por se tratar de mata e mangue, e em virtude de ser área conflagrada, de intensos confrontos, restou inviabilizada a preservação do local, estando prejudicada essa perícia. A conduta dos policiais foi classificada pelo delegado como legítima defesa.

Outro caso que terminou sem perícia aconteceu em três de fevereiro, na Avenida dos Bandeirantes, em Santos. De acordo com o boletim de ocorrência, policiais militares da Rota cercaram a Vila dos Pescadores, na periferia da cidade, para evitar que criminosos fugissem para a Vila dos Criadores. Durante a ação, disseram os PMs, criminosos teriam acessado a avenida, encontraram a Rota e atiraram contra os policiais, que revidaram.

Três homens foram baleados. Um deles, segundo o registro, tinha um revólver calibre 38 e uma quantidade de drogas, quando levados à UPA da zona noroeste, onde morreram.

Em ato contínuo, o condutor apresentou o ocorrido nesta unidade policial. E em razão do tumulto causado nas imediações, com eventual risco de novo confronto no local, ficou prejudicado para perícia, razão pela qual não foi possível a